

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A Guerra dos Métodos: A visão da Escola Histórica
Alemã**

Mário Motta de Almeida Maximo
mariomottamaximo@gmail.com
matrícula n.º: 105045470

ORIENTADOR: Prof. Jaques Kerstenetzky
jkersten@ufrj.br

JANEIRO 2010

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores da casa: Carlos Frederico Leão Rocha, David Kupfer, Denise Lobato Gentil, Esther Dweck, Fábio Neves Perácio de Freitas, Galeno Tinoco Ferraz Filho, Jennifer Hermann, João Luiz Simas P. de Souza Ponde, José Luís da Costa Fiori, Lúcia Silva Kubrusly, Murillo Florindo Cruz Filho, Ronaldo Fiani e, principalmente, meu orientador, Jaques Kerstenetzky.

Agradeço também a minha família pelo ânimo sempre constante e aos meus amigos pelos sábios conselhos, principalmente, Conrado Costa e Tiago Bahia pelo convívio de valor inestimável.

RESUMO

O presente trabalho trata do importante debate metodológico que ocorreu no final do século XIX, entre os economistas da escola austríaca e os da escola histórica alemã. Discutir-se-á a epistemologia da ciência econômica, seus fundamentos filosóficos e o contexto cultural, social e histórico em que ela está inserida. O objetivo central é apresentar as principais ideias metodológicas que permeavam a discussão que viria a ser conhecida como Guerra dos Métodos.

Palavras Chave: economia, romantismo, iluminismo, filosofia e epistemologia.

ÍNDICE

Introdução.....	5
Capítulo I - A Escola Histórica Alemã.....	7
I.1 - As origens do movimento intelectual alemão.....	7
I.2 – Como se constitui a escola.....	10
I.2.1 – A Velha Escola Histórica Alemã.....	12
I.2.2 - A Nova Escola Histórica Alemã.....	13
I.2.3 – A Novíssima Escola Histórica Alemã.....	14
Capítulo II - A Guerra dos Métodos (<i>Methodenstreit</i>).....	16
II.1 – As diferentes propostas epistemológicas.....	16
II.2 – Sobre as definições do objeto de estudos da Economia.....	18
II.3 – O Cameralismo.....	20
II.4 – O Romantismo.....	21
II.5 – Sobre o Individualismo.....	23
II.6 – Um Ensaio Filosófico.....	24
Conclusão.....	28
Referências Bibliográficas.....	29

INTRODUÇÃO

A Guerra dos Métodos (*Methodenstreit*) é o termo utilizado para se referir ao debate intelectual sobre epistemologia, metodologia de pesquisa e os caminhos que a academia deveria seguir na produção de conhecimento. Mais especificamente, ele se refere a discussão metodológica que alguns economistas tiveram no final do século XIX, entre aqueles que apoiavam a escola austríaca de economia, liderada por Carl Menger e os componentes da escola histórica alemã, liderada por Gustav von Schmoller. Os alemães também costumam chamar esse período de *Methodenstreit der Nationalökonomie* (*Methodenstreit da Economia*), mas de forma geral apenas a palavra *Methodenstreit* é utilizada.

A Guerra dos Métodos trata do que deve ser a ciência econômica? Quais são os papéis da historiografia e da matemática? Se o método mais adequado é a indução ou a dedução? A análise, ou seja, a separação das partes do fenômeno e o exame entre conseqüências e causas, é a forma epistemológica mais condizente com o estudo da economia? A ciência econômica deve realizar sua investigação nos indivíduos ou nos grupos sociais?

Nesse trabalho serão apresentados os diversos métodos que foram discutidos no final do século XIX, sem ter a pretensão de defender qualquer um deles. No entanto, o enfoque maior será na visão da escola histórica alemã e sua crítica ao liberalismo econômico e ao iluminismo. As origens das ideias germânicas remontam ao Romantismo e a presente monografia tentará sustentar que o horizonte cultural romântico e seu sentido histórico próprio teriam sido o pano de fundo necessário à constituição de todo um pensamento crítico às pretensões de universalidade do iluminismo e da ideologia individualista, fundamental para o mundo contemporâneo e os saberes científicos sócio-culturais.

No primeiro capítulo trataremos da formação da escola histórica alemã, da sua constituição e organização. Apresentaremos os principais autores que fizeram parte desse movimento e suas diversas contribuições ao campo do conhecimento da economia.

No segundo capítulo trataremos do debate metodológico em si. Apresentaremos o que pensavam os principais autores envolvidos nessa discussão, focando nas diversas visões epistemológicas e todo contexto filosófico, cultural e social que as fomenta.

Por fim, será apresentada uma conclusão, em que são retomados os principais temas acerca da Guerra dos Métodos.

Capítulo I - A ESCOLA HISTÓRICA ALEMÃ

I.1 – As origens do movimento intelectual alemão.

O período histórico atual, chamado convencionalmente de a era moderna, possui características excepcionais, extremamente importantes para compreender a essência da sociedade contemporânea. Somente na era moderna o sistema econômico foi separado do tecido social. Em todas as outras sociedades, a consideração econômica foi subordinada as preocupações sociais.

A comparação do presente sistema capitalista com formas de organização social mais antigas permite expandir o conhecimento acerca de idéias e valores que freqüentemente são ignorados, justamente pelo fato do capitalismo não ser tomado em sua perspectiva histórica, ser adotado erroneamente como atemporal e universal.

A Alemanha sofre particularmente com o impacto das idéias modernas tanto pela sua proximidade geográfica com os principais pólos irradiadores da novidade (França e Inglaterra), quanto pelo pensamento forte e singular de seus intelectuais. O encontro, no cenário cultural germânico, de duas interpretações do mundo complexamente distintas iria surgir questionamentos e dúvidas fundamentais para a jovem ciência econômica.

O momento histórico crucial é o de afirmação da ideologia moderna. A revolução francesa e a revolução industrial no final do século XVIII construiriam toda a mentalidade do século seguinte. A modernidade se espalha pelo globo de maneira irreversível, afetando todos os povos. Hobsbawm cita um conjunto de palavras aleatórias que surgiram nessa época e que sem as quais o mundo moderno seria inimaginável; tais como: “indústria”, “classe média”, “classe trabalhadora”, “capitalismo”, “socialismo”, “liberal”, “conservador”, “nacionalidade”, “cientista”, “sociologia”, “jornalismo”, “pauperismo” etc. (Hobsbawm, 1977, A Era das revoluções: Europa 1789-1848, pág. 17).

Diante desse cenário, começaram a se articular reações ao avanço da industrialização e sua ideologia associada. Essa reação assumiria diversas formas, desde manifestações violentas como a destruição direta de máquinas, empreendida pelo movimento Ludita, até os refinados romances escritos no *Sturm und Drang*, pré-romantismo alemão. Assumiria também o formato de uma reação intelectual com implicações políticas.

Entre 1770 e 1830 se deu na Alemanha um extraordinário florescimento intelectual e artístico. Um movimento paralelo ao iluminismo que percorria a Europa, marcado por um forte sentimento religioso e metafísico, completamente oposta ao ocidente cada vez mais laico e materialista.

Johann Gottfried Herder (1744 – 1803) é considerado o pai das noções relacionadas ao nacionalismo, historicismo e *Volksgeist*¹. Inspirador do movimento e antecipador dos principais temas tratados pela chamada escola histórica alemã. Adversário tenaz dos filósofos franceses, ingleses e de seus seguidores alemães. Contra todos aqueles que acreditavam que a realidade era ordenada em termos de leis universais, eternas, objetivas e inalteráveis, que podiam ser descobertas através da pesquisa racional.

Herder sustentava o caráter único e singular de cada atividade, período histórico ou civilização, irredutível a qualquer sistematização racionalista em termo de regras objetivas e imutáveis; o que confundiria justamente a diferença essencial que constitui a qualidade específica dos fenômenos. Fora discípulo de Kant, com quem romperia mais tarde, criticando sua classificação e segmentação dos diferentes tipos de consciência e faculdades do homem.

Na Inglaterra, após a morte de Ricardo, em 1827, os grandes metodologistas econômicos (Stuart Mill, Elliot Cairnes e Neville Keynes) se esforçariam para identificar o ricardianismo com a própria economia, isto é, isentando a jovem ciência econômica de comprovações empíricas. Predominava a lógica das ciências da matéria,

¹ Espírito do Povo. O povo é anterior e superior ao Estado e é do espírito do povo que brota tanto a língua como o direito, consideradas produções instintivas e quase inconscientes que nascem e morrem com o próprio povo.

onde a razão é capaz de explicar o mundo através de encadeamentos lógicos tão rigorosos quanto a seqüência de teoremas. Entretanto, o movimento intelectual alemão ameaça esse império analítico. Destaca-se a singularidade do fator humano e das ciências que tratam desse objeto, e sentia-se a emergência de um status diferente para essas, de uma metodologia própria. O mundo do homem é histórico.

A fundação da Universidade de Berlim em 1810 é um marco dessa oposição intelectual. Conviviam no ambiente universitário as cátedras de filosofia, teologia, filologia e história, com uma abertura e um diálogo desconhecido nas universidades francesas e inglesas. Ao contrário de uma segmentação e uma especialização cada vez maior do conhecimento, desenvolvia-se na Alemanha, uma perspectiva de integração entre disciplinas que tratam do homem. Um saber conjunto que permitisse compreender as diversas esferas da vida em sociedade.

Como resultado desse movimento surge no final do século XIX uma corrente de pensadores organizada como a escola histórica alemã (em alemão, *Historische Schule der Nationalökonomie*) que reagiu de forma contundente às idéias liberais e ao avanço do pensamento marginalista. Configurou-se, então, um embate metodológico entre indutivismo e dedutivismo. Os autores da escola histórica atacam a noção de universalidade dos teoremas econômicos. Isso porque a economia é dependente dos fenômenos históricos específicos de cada povo e, portanto, deve se dedicar a um estudo rigoroso da realidade histórica e não à dedução de teoremas de acordo com a lógica.

Há uma enorme preocupação com a realidade. Os economistas históricos abandonam a idéia de que a natureza humana é eterna e imutável em contraposição com o ideário defendido na revolução marginalista, herança direta dos anseios por cientificidade de Mill e Ricardo. A característica desta escola de pensamento é a preocupação com a história em vez de modelos matemáticos auto-referenciais. Grande parte destes autores foram também *Kathedersozialisten*, ou seja, preocupados com a reforma social e a melhoria da qualidade de vida das massas durante os tempos da industrialização.

O marco maior da batalha dos métodos é a crítica de Schmoller em 1883 a uma publicação de Menger e a resposta irada deste. A partir daí configura-se um cenário de

debates sobre a natureza do objeto econômico e a melhor forma de abordá-lo. Esse contexto é tão prolífico que perpassa inúmeros campos do conhecimento, como a moral, os valores, a religião, a filosofia, a ética, a política e, principalmente, as teorias históricas.

É fundamental destacar que a economia matemática recebeu enorme influência do pensamento newtoniano e a revolução científica do século XVII. Desde os fisiocratas os economistas buscam encontrar sistemas fechados de reprodução, estáveis e duradouros. Alegam ser possível desvendar as forças que movem o fenômeno, exatamente como fazem os físicos. No final do século XIX as idéias de Darwin já estão bastante difundidas e uma noção de evolução, de movimento ao invés de estática, já é bastante aceita. A influência desses avanços na biologia no debate metodológico é clara. A economia poderia, então, se espelhar nessa nova ciência, dinâmica e profundamente indutiva.

Vale ressaltar que a crítica à universalidade dos teoremas econômicos e ao uso de modelos matemáticos auto-referenciais é de fundamental importância para a compreensão dos limites da economia moderna. Afinal o cânon econômico está repleto de inconsistências metodológicas, falácias e retórica que precisam ser desmistificadas.

I.2 – Como se constitui a escola.

Primeiramente, é necessário definir o termo escola historicista alemã e o que ele se refere. Nas palavras de Senn (2005):

“The German historical schools are treated so differently in the histories of economic thought that no scholar could get an understanding of them from any one history. Although the term ”German historical schools” is ambiguous, that does not mean it should be abandoned. Without exception, historians of economic thought assume that references to the German historical schools refer to a group of German scholars working in the middle to late 1800s and early 1900s.”

Assim sendo iremos tratar a escola historicista alemã como o movimento intelectual do século XIX que apresenta uma dura crítica metodológica ao pensamento liberal, isto é, tanto a economia política clássica quanto os chamados marginalistas. Em segundo lugar é necessário definir quem são os membros deste movimento. Novamente a colocação de Senn (2005) é adequada:

“There is no generally accepted consensus about either the number of German historical schools or their members in the histories of economic thought. The number of schools varies from one to four. Sometimes only one German historical school covers the subject. Sometimes there are two German historical schools, “early” or “older” and “younger”. Sometimes there are three German historical schools, “early” or “older”, “younger” and “youngest” or “newer”.”

É possível notar que existem diversas definições dos membros da escola historicista alemã. Isso revela a enorme influência que esse grupo de intelectuais exerceu no cenário acadêmico mundial. Neste trabalho o movimento será dividido em três escolas diferentes: A velha escola histórica, liderada por Wilhelm Roscher (1817-1894), Karl Knies (1821-1898), e Bruno Hildebrand (1812-1878); A nova escola histórica, liderada por Gustav von Schmoller (1838-1917) e incluindo Lujo Brentano (1844-1931) e Karl Bucher (1847-1930). Por último, aparece o que muitos autores chamam de novíssima escola histórica, liderada por Werner Sombart (1863-1941) e incluindo também Max Weber (1864-1920).

É importante identificar o arco de pensamento que une todo o movimento intelectual referido. Apesar das inúmeras diferenças entre as chamadas escolas, os membros dessa linha de pensamento compartilham a crítica fundamental à perspectiva mecânica da vida econômica. Os economistas alemães estão preocupados em refutar a suposição clássica à cerca da natureza humana, ou seja, de que os homens são essencialmente egoístas; seja à procura do auto-interesse de que Smith nos fala ou o *homo economicus* dos manuais modernos. Isso revela uma diferença metodológica crucial. Os economistas históricos rejeitam a abstração como método, abandonam a idéia da validade universal dos teoremas econômicos.

A redução da sociedade a um argumento de agentes individuais, reunidos apenas mediante a vontade de maximizar seus interesses pessoais é combatida pela idéia da peculiaridade e da complexidade irreduzível dos movimentos históricos. Os métodos são radicalmente diferentes e os economistas alemães estão preocupados em mostrar que a lógica dedutiva não é apropriada ao estudo do objeto econômico, ou seja, a sociedade. Diante das infinitas configurações sociais o indutivismo é mais revelador. Essencialmente, o debate erguido pela escola histórica alemã trata de negar verdades independentes do tempo, alegando ser necessário um método capaz de abarcar as diferenças para compreender uma realidade sempre mutante, única e imprevisível.

I.2.1 – A Velha Escola Histórica Alemã.

Karl Gustav Adolf Knies foi provavelmente o mais importante teórico da velha escola histórica alemã. Ele é autor da importante obra *Political Economy from the Standpoint of the Historical Method* (1853) e foi professor da Universidade de Heidelberg por mais de 30 anos. Knies, convencido de que a natureza humana é orgânica e indivisa, defendia, que três instintos convivem harmoniosamente no caráter humano: auto-estima, amor ao próximo e um senso de imparcialidade e justiça. Tornou-se um crítico contundente da solução smithiana. Ele atacava a idéia de que interesses privados gerassem benefícios públicos. Em sua obra máxima ele faz um comentário sobre o auto-interesse: "in the public interest, so to speak, in its weakness and dangerous in its strength" (Knies, 1853).

No entanto, foi Bruno Hildebrand que elaborou um método para caracterização de épocas de evolução econômica, usando a presença ou ausência de "economia natural" como base para a classificação de sistemas econômicos. Ele identificaria três tipos (ou estágios econômicos) básicos: a economia natural ou de trocas; a economia monetária; e a economia creditícia. Seu método teria sido bastante popular, sendo utilizado nas tipologias de vários outros autores. Também, a convicção de que as relações econômicas estariam necessariamente entranhadas nos arranjos sociais levaria à definição de épocas econômicas em termos de formas sociais dominantes. Roscher,

por exemplo, teria distinguido os seguintes estágios: economia familiar, economia de corporações, economia municipal e economia nacional (Kahn, 1990: p. 241).

Uma exposição mais detalhada do trabalho desses autores está fora do escopo dessa monografia. Porém, vale ressaltar que eles estavam preocupados, não em formular teorias gerais, mas em construir conceitos baseados no princípio da diferença. Seus esforços para delimitar as épocas da história econômica revelam claramente a idéia de que essas diferiam da atual. Épocas em que a economia estaria associada a formas institucionais diversas e onde diferentes racionalidades econômicas teriam predominado. Destaca-se o empenho intelectual desses economistas na tentativa de entender uma época nos próprios termos dessa época, em sua própria lógica e não através de uma lente contemporânea que julga e simplifica na busca por cientificidade.

I.2.2 - A Nova Escola Histórica Alemã.

Gustav Von Schmoller é o expoente mais ilustre da nova escola histórica alemã. Não só por seus trabalhos em diversos campos de discussão, mas também por sua enorme preocupação social e seu engajamento político. Nas palavras do próprio Schmoller (1874):

“I have an answer only for those who have faith in the progress of world history, for those who find our current social conditions bad, the life and morals, [. . .] the morality of our lower classes very bad, and in the deepest need of reform.”

O trabalho científico de Schmoller pode ser dividido em duas vertentes: Por um lado, estudos sobre economia institucional e administração pública, por outro, uma inquietação metodológica que fundou uma doutrina econômica original baseada na velha escola histórica alemã de meados do século XIX. Essa doutrina econômica precisa ser entendida em um contexto que vincula uma teoria social com uma ideologia que proclama uma evolução ética contra a visão estabelecida da história do mundo (Nau, 2000: p. 508).

A questão central da economia política de Schmoller pode ser entendida a partir da resposta a seguinte pergunta: Do que depende o progresso econômico? Para

Schmoller o verdadeiro progresso econômico depende inteiramente da ética, em uma expressão cunhada pelo próprio autor, “ethical culture”. É essa ética que irá formar toda a base das políticas econômicas.

“Political economy can only be a science today if it expands to encompass a social theory (*Gesellschaftslehre*). Its fundamental starting point can no longer be the individual and his technical production, but rather society and its historical development; its implementation must consist of investigations into the social forms in which economic life makes its appearance; its . rst concern is to deal with economic bodies and economic institutions [. . .] as they have developed historically or as they relate to each other in practice.” (Scmoller, 1882; p.1382).

Seria Karl Bücher, porém, quem mais tarde levantaria a relatividade histórica da própria racionalidade econômica; sugerindo que o egocentrismo humano poderia não ser uma manifestação da condição humana, mas sim produto de circunstâncias particulares (nacionais, culturais e históricas). Segundo ele, a racionalidade econômica do homem seria adquirida e não dada pela natureza, de modo que outros tipos de homem não se comportariam como individualistas e autocentrados. Este homem seria uma manifestação de seu tempo e não teria um egoísmo inato.

É vital ressaltar as contribuições que esta escola deu ao debate metodológico (*methodenstreit*). Menger defende que o melhor método para o estudo da economia é o uso da razão na busca por teorias generalizantes que possam ser aplicadas há várias áreas. Menger, assim como os austríacos, se concentram na subjetividade e na natureza atomística da economia. Os principais “títulos” da economia são o auto-interesse, a maximização da utilidade e a informação perfeita. O agregado só faz sentido se entendermos as partes individualmente. Schmoller responde Menger atacando o método dedutivo e advertindo que economia se estuda no tempo e no espaço. O fenômeno econômico está entrelaçado com política, moral e cultura. Indissociáveis.

I.2.3 – A Novíssima Escola Histórica Alemã.

Trata-se mais de influências dos economistas históricos do que propriamente uma escola organizada de pensamento econômico. Dentre essas influências a mais

importante é sem dúvida na obra de Max Weber. O Sociólogo, jurista e intelectual apresentou idéias muito valiosas para o debate metodológico. Segundo Weber a história não seria racional em si mesma, mas o historiador seria capaz de racionalizá-la parcialmente. Toda ciência poderia por uma seleção de aspectos de uma realidade infinita, sendo impossível um método universal que abarcasse a totalidade do real, pois os conceitos são intrinsecamente parciais.

Weber distingue o objeto de estudo das ciências naturais e das sócio-culturais. Nas ciências naturais o objeto tem valor intrínseco, os fenômenos são mensuráveis. Diferente das ciências humanas onde o objeto é subjetivo e passível de interpretação. O interesse nas ciências sociais viria no desejo de compreender as condições para existências de condutas subjetivamente significativas, entendendo suas motivações específicas – crenças, intenções, valores e etc. A abordagem seria propor explicações satisfatórias e não generalizações porque para esse método o importante é entender as propriedades únicas das pessoas, instituições e processos históricos.

“Nosso critério para explicação causal requer, sempre que a ‘interpretação’ for possível, que ela deva, em princípio, ser empreendida. Isto é, na interpretação da ‘ação’ humana, nós não estamos satisfeitos simplesmente em estabelecer a relação entre ação e uma generalização puramente empírica, independente de quão estrita essa generalização possa ser. Nós requeremos a interpretação do ‘sentido’ da ação” (Weber, 1975; p.128).

Muitos outros autores receberam influência dos economistas históricos e poderiam ser considerados membros da Nova Escola Histórica Alemã. É importante citar Karl Marx, Thorstein Veblen, Werner Sombart e Karl Polanyi cujos trabalhos são intimamente relacionados com os métodos da escola histórica. Muitos autores alegam que a escola histórica alemã está morta, mas sua influência é tão abrangente e tão fundamental que a escola certamente vive na obra desses economistas preocupados com a rejeição das relações sociais no estudo do objeto econômico empreendido pelo *mainstream*.

Capítulo II – A Guerra dos Métodos (*Methodenstreit*)

II.1 – As diferentes propostas epistemológicas.

A guerra dos métodos no final do século XIX envolveu os principais economistas europeus em um debate sobre os rumos da jovem ciência econômica. Havia uma preocupação geral em organizar e definir o campo de investigação da economia e os diferentes métodos apresentados eram fundamentais nessa demarcação. O debate permeava muitos temas: Indução e dedução, historicismo, evolucionismo, abstração, o uso da matemática e tantos outros. Jevons que viveu esse período escreveu:

“Nos últimos anos, muita polêmica foi criada em torno do Método Filosófico da Economia Política. [...] Concordo plenamente com esses economistas capazes e eminentes, na medida em que reconhecem que a investigação histórica é de grande importância na Ciência Social. Mas, ao invés de converter nossa atual ciência da Economia numa ciência histórica, destruindo-a completamente no processo, eu aperfeiçoaria e desenvolveria o que já possuímos, e ao mesmo tempo erigiria um novo ramo da Ciência Social sobre uma base histórica. Esse novo ramo da ciência [...] é indubitavelmente parte daquilo que Hebert Spencer denomina Sociologia, a ciência da Evolução das Relações Sociais.” (Jevons, 1871: p. 37)

Freqüentemente, os economistas marginalistas ou neoclássicos recorriam a analogias com as ciências naturais, geralmente, a física, para esclarecer como deveria proceder a ciência econômica. O corpo teórico mecanicista ou newtoniano representava o modelo a ser seguido, o caminho que qualquer ciência que almeja o sucesso deve percorrer. Walras ao construir sua teoria utiliza esse recurso em diversas ocasiões:

“Para o matemático e para o físico, a velocidade não se opõe à lentidão, nem o calor ao frio, como se dá na linguagem vulgar: a lentidão não passa, para um, de uma velocidade menor, o frio não passa, para o outro, de um calor menor. Um corpo, na linguagem da ciência, tem velocidade desde que se mova e tem calor desde que tenha qualquer temperatura. Do mesmo modo, aqui, a raridade e a abundância não se opõem uma à outra: por mais que seja abundante, uma coisa é rara, em Economia Política,

desde que seja útil e limitada em quantidade, exatamente como um corpo tem velocidade, em mecânica, desde que percorra certo espaço em certo tempo.” (Walras, 1874: p. 20)

A questão central para os economistas da tradição histórica é que a economia depende inteiramente de uma cultura ética. A economia política deve compreender o desenvolvimento da moral, das leis e das instituições para organizar uma sociedade que se torna cada vez mais complexa. Para servir como base de uma justificativa ética para políticas sociais, a economia política precisa expandir suas fronteiras e se tornar uma ciência da própria sociedade, uma ciência do homem e uma ciência do Estado. Schmoller, que é muitas vezes considerado o líder desse movimento intelectual alemão, enfatiza a importância de uma teoria centrada nas questões sociais:

“Nobody, in my modest opinion, can solve the final questions of political economy without investigating the psychological origins [of social phenomena], how they are organized and transmitted, how they are shaped and reshaped by changing external and internal economic and intellectual culture, while yet remaining essentially the same. [. . .] Only by returning to psychological investigations can we get past the crude old ideas of political economy.” (Schmoller, 1874: p. 333)

Para os economistas alemães parecia claro que os homens, com consciência, subjetividade e livre arbítrio não podiam ser estudados da mesma forma que os objetos do universo material. A análise e o processo dedutivo não poderiam ser empregados em relações sociais que envolvem especificidades históricas, incertezas e instituições em constante mutação. No entanto, alguns economistas participaram do debate com uma posição mais equilibrada. O mais importante desses, sem dúvida, é Alfred Marshall que defendeu a ideia de que as escolas analíticas e históricas são igualmente necessárias, porque se complementam mutuamente:

“Por essa e outras razões, sempre houve e sempre haverá talvez a necessidade da existência, lado a lado, de homens de ciência com diferentes aptidões e objetivos diversos – de alguns que se ocupem sobretudo em apurar os fatos, enquanto outros dão atenção maior à análise científica, isto é, à decomposição de fatos complexos e ao estudo das relações das diversas partes, uma para com as outras, bem como em relação a

fatos análogos. É de se esperar que estas duas escolas sempre existam, cada qual realizando cabalmente o seu trabalho, e aproveitando o trabalho da outra. Assim, podemos obter melhores generalizações quanto ao passado, e daí uma orientação mais digna de confiança para o futuro.” (Marshall, 1890: p. 44)

O próprio Marshall cita uma frase de Schmoller para reforçar essa posição: “A indução e a dedução se fazem tão necessárias para o pensamento científico, como os pés direito e esquerdo são necessários para a marcha”.² Apesar dessa colocação balanceada, a diferença entre a visão da escola histórica alemã e as teorias racionalistas e abstratas da corrente dominante configuraram um dos mais famosos embates epistemológicos das ciências sociais. O presente trabalho tentará esmiuçar essas diferenças, com o foco nas ideias da tradição alemã. A proposta não é defender a posição metodológica da escola histórica, mas apresentar os argumentos que fundamentaram a crítica desses autores à corrente liberal.

II.2 – Sobre as definições do objeto de estudos da Economia.

Durante mais de 20 séculos a compreensão do que era economia veio de uma tradição grega relacionada, principalmente, ao que Aristóteles desenvolveu em sua obra, *A Política, e Ética a Nicômaco*. A própria etimologia da palavra economia nos mostra como os gregos entendiam o seu estudo. A expressão “oïko noméoh” significa em linhas gerais a boa, adequada e ordenada administração do Lar. Nesse sentido, estudar economia é compreender as necessidades materiais e não materiais do Lar (uma unidade produtiva, geográfica e política). O valor da economia estava em gerenciar de forma apropriada o lugar onde se vive.

Com a chegada da modernidade, a definição Aristotélica foi abandonada. Para os economistas que buscaram formar um campo científico distinto, é fundamental a existência de leis e, portanto, suas definições para o objeto de estudos da Economia estão atreladas a ideia de movimentos universais que podem ser identificados, compreendidos e teorizados. Entre esses está J.S. Mill que nos *Principles* definiu a Economia Política como “a natureza da Riqueza, e as leis de sua produção e

² Schmoller, em artigo sobre “Volkwirtschaft”, no Handwörterbuch de Conrad.

distribuição, incluindo, direta ou remotamente, o funcionamento de todas as causas pelas quais a condição da humanidade [...] é tornada próspera ou não”. Destacam-se nessa definição as palavras **leis** e **causas**, o que indica a preocupação de Mill em tornar o estudo da Economia um projeto científico, capaz de reconhecer as causas dos fenômenos sociais da produção e distribuição da Riqueza.

Para os economistas da tradição da escola histórica alemã, entretanto, o objeto de estudo da Economia era outro, fundamentalmente diferente. Roscher em seu trabalho seminal, *Die Grundlagen der National Ökonomie*, escreveu: “Nosso objetivo é, simplesmente, descrever a natureza econômica e os desejos econômicos do homem, investigar o caráter das instituições que se relacionam à satisfação desses desejos, e a maior ou menor medida do sucesso que as mesmas obtêm”. Sublinham-se nessa demarcação as palavras **descrever** e **instituições**, o que reforça o método essencialmente histórico, um caminho intelectual que diverge das universalizações e que procura explorar as vicissitudes de cada fenômeno social.

Assim, a maior parte dos economistas não-alemães, em particular J.B. Say e J.S. Mill, defendiam a analogia com as ciências Físicas, que muitos declaravam serem os modelos apropriados para a teoria econômica. O método dos economistas clássicos é isolar as relações econômicas, ou abstrair-se das não econômicas, com o objetivo de construir uma Economia pura. Essa teorização *per se* foi muito criticada durante a batalha dos métodos e os economistas históricos estavam profundamente preocupados em destacar os problemas de um argumento com natureza abstrata. A divergência filosófica entre os dois grupos surge desde o momento da definição do que é estudar, pesquisar e escrever no campo da Economia, o que é resultado das diferentes posições metodológicas.

Como consequência de um método assético, o economista científico fica deveras limitado na sua oferta de orientações práticas porque tais propósitos de orientação contêm, em última análise, avaliações extracientíficas por natureza. Senior afirmou que as conclusões do economista “não o autorizam a proferir nem uma palavra de orientação”. Os economistas clássicos reconheciam que os problemas de política econômica envolvem sempre tantos elementos não-econômicos que não devem ser tratados com base em considerações puramente econômicas. Com isso pode-se dizer

que estavam cientes do Vício Ricardiano. Por outro lado, os economistas históricos insistiam na importância da questão relativa aos julgamentos de valor e muitos deles foram pensadores vinculados a governos e planos de Estado. Para os economistas alemães, a pesquisa econômica estava intimamente relacionada com a política nacional e vários deles tiveram participação decisiva na unificação e no desenvolvimento do Estado Alemão no final do século XIX.

II.3 – O Cameralismo.

Para compreender a íntima relação entre o estudo da economia e a forma de governar um Estado, defendida pelos economistas da tradição histórica, é importante ressaltar a influência decisiva do movimento Cameralista. Para a escola alemã o projeto de uma nação estava no bojo de toda discussão econômica, por isso a insistência em destrinchar as instituições, a cultura e a ética. Nessa visão, há uma dissociabilidade entre política pública e a ciência econômica. As pesquisas e o trabalho científico são vistos como ferramentas para transformar o país, para fazê-lo avançar. Essas ideias são heranças de uma tradição mais antiga, conhecida como Cameralismo.

Do século XVI ao XVIII as orientações econômicas e financeiras dos modernos Estados nacionais eram influenciadas pela tradição cameralista. Apesar de não ser uma escola de pensamento econômica, designou-se como cameralismo os principais estudos de Economia feitos a época. Os cameralistas eram especialistas em administração pública e muitas vezes refletiam sobre a boa gestão econômica dos Estados para os quais prestavam serviços.

“[...] funcionários dedicados e treinados a auxiliar o Monarca nesta *tarefa ampliada* de bem administrar, de bem gerir as coisas públicas e, mormente nos assuntos materiais, econômicos, financeiros, tecnológicos e sociais.” (Murillo Cruz, 2002: p. 41).

A tradição cameralista pregava o desenvolvimento do Estado Nacional, o enriquecimento material e não material da sociedade, a eficiência, o intervencionismo e o dirigismo. A influência dos cameralistas alemães e austríacos na posterior economia política alemã (ou *Wirtschaft*) é importantíssima. Vale ressaltar como influências

essenciais para a escola histórica alemã, os cameralistas Von Osse, Sonnenfels e o colbertismo francês.

II.4 – O Romantismo.

Muitas das diferenças aqui apresentadas entre a tradição da escola histórica alemã e a corrente liberal são frutos de um movimento intelectual muito maior: O Romantismo. Por isso, faz-se necessário entender a tradição alemã dentro desse contexto. Como o seu antípoda cultural, o utilitarismo, o movimento romântico começou no século XVIII e apesar de ser na sua origem um movimento literário, influenciou a filosofia, a pintura, a música, a arquitetura e as ditas ciências sociais, inclusive a Economia. Superficialmente, a atitude romântica representava uma revolta contra as convenções racionais, um sentimento que se ergue contra a razão fria. A vida industrial e seus problemas são considerados uma atrocidade ao espírito humano.

O Romantismo, que é essencialmente germânico, constitui uma reação filosófico-doutrinária ao iluminismo racionalista do século XVIII e tornou-se um caldeirão de novas ideias para as diversas áreas do conhecimento humano. Um grupo de valores humanos e sociais que defendiam a intuição e a história nacional. Em suma, ao lado da filosofia de Kant e seus seguidores, é possível afirmar que o movimento romântico foi um dos fatores responsáveis pelo crescimento intelectual extraordinário da Alemanha no final do século XIX. Nas palavras de Franklin Baumer (1977):

“... Os alemães continuaram a ser os primeiros em todos os outros campos do pensamento, nomeadamente no conhecimento histórico, não só na história e psicologia da religião, mas também nas ciências nomotéticas [ciências naturais, física, química, etc.], incluindo a Física e a nova psicologia experimental. No século XIX, as correntes intelectuais irradiavam da Alemanha para os outros países, como não o faziam desde a Reforma Protestante.”

É um equívoco comum considerar o romantismo apenas como um movimento artístico. Na verdade, o romantismo foi um amplo movimento cultural. Sua natureza repousa na volta as origens e, justamente, por isso, o grande apelo à história. Um certo espírito de gênese domina o romântico. Uma relação íntima com o supra-sensível e com

o sentimento oceânico. Ser romântico é acima de tudo uma forma de ver o mundo. Sua característica mais importante é a subjetividade e a certeza da existência do enigmático. A percepção e a legitimação do confuso e do incoerente. Uma incapacidade de frear a oscilação entre o Eu e o Mundo.

No que concerne a Economia Política (ou *Staatswissenschaften*), Adam Müller (1779-1829) é o grande representante do que poderia ser chamado de “escola romântica de Economia”. Roscher em seu trabalho, *Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft*, cobriu Müller de elogios, o que indica a influência que este exerceu na escola histórica alemã. Apesar de não ser propriamente uma escola de pensamento econômica ou um corpo teórico bem definido, a “economia romântica” possuía conceitos importantes de universalismo e fluxo histórico. Surge a importante negação do indivíduo como absoluto, ou seja, do indivíduo que basta em si mesmo. A corrente de pensamento coloca no lugar do indivíduo, a coletividade, a pluralidade, a sociedade e as relações orgânicas entre os seres humanos.

Outro autor importante da dita “escola romântica de Economia” foi J.F. Fichte que afirma em seu livro, *Grundlagen des Naturrechtes*: “Para que haja homens, é necessário que sejam vários.”. O Direito Natural britânico e francês é substituído por uma filosofia Kantiana, uma concepção universalista do Estado. A ideia de que o ser humano é um ser político e social e a sua única forma de desenvolvimento é através do outro. A comunidade exerce papel essencial nos relacionamentos humanos e a análise dessas relações deve ser feita, obrigatoriamente, levando-se em consideração todos os aspectos da vida social. A Economia deve, portanto, ser analisada como uma totalidade. É preciso considerar todos os fenômenos que são direta ou indiretamente relevantes para a vida econômica, como a língua, a religião, a política e o direito.

É importante ressaltar que o século XIX observou um aumento significativo do empenho intelectual pela historiografia. Os grandes desenvolvimentos na historiografia do período devem ser creditados às idéias românticas. O espírito romântico estimulou interesses na pesquisa histórica e aumentou a receptividade do público para seus resultados. O período apresenta vários historiadores preocupados em organizar de forma minuciosa e extremamente detalhada documentos e informações oficiais. Foi durante esse período que a historiografia abandonou definitivamente o âmbito das fontes

literárias e passou a ter uma postura mais sistemática com relação a seu ofício. A crítica direcionada as fontes passou a ser mais regular e severa, assim como a análise sociológica passou a ser mais comum. O respeito pela autonomia de cada cultura e por seus tons particulares destaca a afinidade dessa nova historiografia com o romantismo.

“A escola histórica alemã inseria-se no ambiente romântico alemão e no amplo movimento do historicismo de maneira que o seu contorno essencial era o engajamento crítico ao projeto iluminista; estavam convictos de que a aspiração universalista, e a visão ultramaterialista que eles associavam ao iluminismo e a escola clássica em particular, eram incompatíveis com a extraordinária diversidade da experiência humana.” (Kahn, 1990: p. 236)

II.5 – Sobre o Individualismo.

A primazia do indivíduo, que se opõe ao holismo, é, sem dúvida, um dos principais focos do debate metodológico. Podemos chamar esse individualismo também de nominalismo, ou seja, a tendência a conferir realidade somente aos indivíduos e não as relações, aos elementos e não aos conjuntos. Enquanto o holismo justifica a sociedade existente pela referência aos valores, o individualismo coloca seus valores independentemente da sociedade. Esse método nominalista criou certas leis consideradas intuitivas: Toda pessoa escolherá o maior bem aparente; as necessidades humanas são saciáveis; o trabalho prolongado se torna cada vez mais penoso. São generalizações que só podem ser feitas a partir de um individualismo metodológico. Jevons defende de forma clara o nominalismo:

“A teoria exposta aqui deve ser apresentada como a mecânica da utilidade e do interesse individual. Descuidos podem ter sido cometidos ao traçar seus detalhes, mas em suas características principais, essa teoria deve ser a verdadeira. Seu método é tão seguro e concludente quanto aquele da Cinética ou da Estatística, e, além do mais, quase tão evidente quanto os elementos de Euclides, quando se apreende plenamente o significado real da doutrina.” (Jevons, 1871: p. 37)

Os economistas alemães preocupavam-se, particularmente, em refutar a suposição clássica de uma natureza humana individual e essencialmente egocêntrica.

Fosse a tendência inata a trocar e negociar de Adam Smith ou o desejo de obter maior riqueza com o menor esforço possível de Mill. Roscher veria o homem como que governado por dois instintos básicos: o desejo por mercadorias deste mundo, a busca do auto-interesse; e o amor a Deus, o que incluiria ideias de equidade, justiça, benevolência e liberdade interior, sendo este um instinto superior que restringiria o interesse individualista.

Apenas em personalidades anormais a auto-estima degeneraria em auto-interesse entrando em contradição com os outros aspectos da personalidade. O indivíduo é visto não como um membro isolado, mas sim como uma célula de um organismo vivo e multifuncional chamado sociedade. Retirar o homem dessas relações sociais, isolá-lo dos demais e a partir daí teorizá-lo, resulta, do ponto de vista holístico, em uma aberração abstrata que não ajuda em nada no entendimento da realidade. Dessa forma, os economistas históricos insistem em analisar os homens como grupo, recusando a proposta metodológica que visa transformá-los em pontos desconectados.

As questões epistemológicas aqui discutidas estão inseridas em um debate filosófico que não pode ser ignorado. A oposição entre o individualismo e o holismo, tão importante para Economia, representa apenas uma parte do vasto campo da filosofia destinado ao estudo das fundações da ciência. O trabalho aqui apresentado jamais estaria completo sem pelo menos um esboço dos profundos temas filosóficos que estão na base de todo *Methodenstreit*. É necessário sublinhar que o próximo item não possui nenhuma pretensão de ser um exame acabado do tema, sendo apenas um ensaio imprescindível para a conclusão desse capítulo.

II.6 – Um Ensaio Filosófico.

A Economia é uma ciência do espírito³. Sua responsabilidade como ciência ou como campo de interrogação é explicar a vida e o mundo dos sentidos. A metodologia das ciências do espírito não pode abrir mão da compreensão daquilo que é subjetivo, intangível e vivo. É fundamental preservar o pensamento, a verdadeira natureza do

³ Ciência do Espírito é uma nomenclatura comum do século XIX e não tem relação alguma com a metafísica. Equivale a ciência humana ou social, porém não implica o dualismo antropológico dessas definições. Espírito significa aqui ideia ou sentido.

pensar. Isso significa um exercício humano de auto-referência. Como afirma o filósofo alemão Heidegger ao discutir as ciências exatas:

“A razão disso é que a ciência não pensa. Ela não pensa porque, segundo o modo de seu procedimento e de seus recursos, ela jamais pode pensar – a saber, pensar segundo os modos dos pensadores. Que a ciência, porém, não possa pensar, isso não é uma deficiência e sim uma vantagem. Somente esta vantagem assegura à ciência a possibilidade de, segundo o modo de pesquisa, introduzir-se num determinado domínio de objetos e aí instalar-se. A ciência não pensa.” (Heidegger, 2002: p. 115)

Diferente do objetivismo das ciências tradicionais, as ciências do espírito se preocupam essencialmente com aquilo que afeta e atinge o homem. Não podem abrir mão de pensar porque precisam desvelar o que se retrai e o que se esconde. A isto que cabe pensar. O homem pode pensar porque possui habilidade para tal e a economia é certamente um campo rico e instigante ao pensamento. No entanto, como o próprio Heidegger declara: “Talvez, já desde séculos, o homem vem agindo demais e pensando de menos.”

A característica mais importante da sociedade moderna é a representação. A partir do século XVI e da Renascença a epistemologia passou a procurar a explicação dos fenômenos pelas causas. As qualidades dos objetos relevantes passaram a ser apenas as primárias, ou seja, as objetivas, como quantidade, altura, largura e comprimento. As propriedades secundárias, em outras palavras, subjetivas, como cor, som, textura, foram colocadas de lado. Descartes que é o fundador do pensamento moderno escreve:

“Procedendo assim, saberemos que a natureza da matéria ou do corpo em geral não consiste em ser uma coisa dura, pesada ou colorida, ou que afeta os sentidos de qualquer outra maneira, mas que é apenas uma substância extensa em comprimento, largura e altura.” (Descartes, 2005: p. 59)

Para Descartes a extensão é a característica principal porque sua preocupação primeira é a representação. O Sistema de Coordenadas no plano cartesiano ou, simplesmente, plano cartesiano é a tentativa de representar o universo em um ambiente

controlado e ordenado. A capacidade de representar confere segurança e tranqüilidade no processo de análise. Os modelos científicos possuem a mesma natureza e exercem a mesma função. A abstração permite um distanciamento necessário para tornar totalmente objetivo o difícil processo analítico. A modelagem visa o objetivismo, almeja representar a realidade em que estamos inseridos, de forma a controlar os efeitos e as origens, estabelecendo vínculos causais bem definidos e compreensíveis. Representar o mundo permite que ele esteja sobre controle, o torna previsível.

Esse desejo de representação não se verifica apenas na prática da ciência, ele permeia toda a sociedade moderna. A moeda fiduciária, a captura fotográfica e o advento do cinema, a Internet e as visitas virtuais em bibliotecas e pontos turísticos do mundo, são todos exemplos de como estamos inseridos na simulação. Vivemos em um Simulacro Baudrillardista⁴ onde a realidade muitas vezes se confunde com a representação da própria realidade. Em economia isso aparece de forma contundente no preço de ativos financeiros que por um processo de especulação descolam do seu valor real e assumem níveis completamente fantasiosos em “bolhas especulativas” sustentadas apenas na progressão do próprio mercado, distantes e aquém de qualquer realidade econômica.

A representação como atributo fundamental da sociedade contemporânea é resultado de uma postura filosófica apolínea e do esquecimento do caráter dionisíaco. Para Nietzsche, um tipo de filósofo encontra-se entre os pré-socráticos, nos quais existe unidade entre o pensamento e a vida, esta “estimulando” o pensamento, e o pensamento “afirmando” a vida. Mas o desenvolvimento posterior da filosofia teria trazido consigo a progressiva degeneração dessa característica. Essa degeneração, afirma Nietzsche, apareceu claramente com Sócrates onde a vida passou a ser julgada, medida e limitada em nome de valores “superiores” como o Divino, o Verdadeiro, o Belo, o Bem. Com Sócrates, surgiu um tipo de filósofo voluntário e sutilmente “submisso” inaugurando a época da razão e do homem teórico, que se opôs ao sentido místico de toda a tradição da época da tragédia.

⁴ Conceito criado em 1981 pelo filósofo francês Jean Baudrillard em sua obra "Simulacros e Simulações".

“Para poderem viver, os gregos tinham de criar esses deuses, pela mais profunda das necessidades: processo este que bem poderíamos representar-nos como se, a partir da ordem divina primitiva, titânica, do pavor tivesse desenvolvida, em lenta transição, por aquele impulso apolíneo à beleza, a ordem divina, olímpica, da alegria: como rosas irrompem de um arbusto espinhoso. De que outro modo aquele povo, tão excitável em sua sensibilidade, tão impetuoso em seus desejos, tão apto unicamente para o sofrimento, teria podido suportar a existência, se esta, banhada em glória superior, não tivesse sido mostrada em seus deuses?”(Nietzsche, 1983: p. 7)

Sócrates interpretou a arte trágica como algo irracional, algo que apresenta efeitos sem causas e causas sem efeitos, tudo de maneira tão confusa que deveria ser ignorada. Segundo Sócrates, a arte da tragédia desvia o homem do caminho da verdade: “uma obra só é bela se obedecer à razão”. Com ele, o homem se afastou cada vez mais desse conhecimento, na medida em que abandonou o fenômeno do trágico, a verdadeira natureza da realidade. Perdendo-se a sabedoria instintiva da arte trágica, restou a Sócrates apenas o aspecto lógico-racional; faltou-lhe a visão mística, possuído que foi pelo instinto irrefreado de tudo transformar em pensamento abstrato, lógico e racional. Para, Nietzsche, porém, esse tipo de conhecimento não tarda a encontrar seus limites. O homem está destinado à multiplicidade, e a única coisa permitida é a sua interpretação.

CONCLUSÃO

No presente trabalho examinamos o intenso debate que ocorreu no final do século XIX entre economistas da escola austríaca e os autores alemães da escola histórica, na discussão acadêmica que ficou conhecida como Guerra dos Métodos (*Methodenstreit*). A monografia apresentou os principais argumentos metodológicos dos dois grupos de intelectuais, focando nas ideias epistemológicas e filosóficas que estavam no centro de todo o debate.

Tentamos demonstrar que o iluminismo e o individualismo metodológico encontraram no romantismo o seu adversário mais tenaz e que a formação da escola histórica alemã é fruto desse cenário cultural, cuja principal característica seria justamente a resistência e denúncia do universalismo e de seus corolários racionalista e materialista. Este caráter de oposição sistemática nutria-se, sem dúvida, no sentimento da própria originalidade do povo alemão em relação a seus vizinhos ocidentais.

A construção romântica de *Gemeinschaft* expressa claramente esse sentimento, pois ela supostamente representaria a própria identidade alemã em oposição à novidade ocidental, a *Gesellschaft*, ou a sociedade de indivíduos. Torna também cognoscível um dualismo muito particular na cultura alemã: um indivíduo interior espiritualizado e um remanescente sentimento holista de pertencimento à comunidade germânica. Tentamos demonstrar ao longo do texto que a escola histórica alemã retoma esse sentimento e sua crítica é fundamentada nessa tradição.

Cabe agora pensar se a escola histórica não nos deixa um legado importante. Cabe olharmos criticamente para o método empregado nos modelos econômicos cada vez mais baseados no racionalismo científico. Cabe questionarmos qual é o papel da economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BAUMER, F. 1977. *Modern European Thought*. Edição 70, p. 22.
- BELL, J. 1953. *A History of Economic Thought*. New York: Ronald.
- COATS, W. The Historist Reaction in English Political Economy. *Economica*. Vol 21, n. 14, p. 3-53, 1954.
- COMMONS, J. 1924. *The Legal Foundations of Capitalism*. New York: Macmillan.
- FRAMBACH, H. The Younger German Historical School and the problem of unemployment. *Journal of Economic Studies*, Vol. 32, n. 4, p. 300-313, 2005.
- CRUZ, M. que os Grandes Pensadores Econômicos (não ortodoxos) não são ensinados nas Faculdades de Economia? *Revista OIKOS*, julho de 2002, p. 41.
- DESCARTES, R. *Princípios da Filosofia*. Tradução Heloisa da Graça Burati. Editora Rideel; São Paulo. Coleção Biblioteca Clássica. 2005. p. 59.
- FICHTE, J.G. 1796. *Grundlagen des Naturrechtes*. Hamburg: Felix Meiner Verlag, Philosophische Bibliothek Band 247.
- HAUSMAN, M. and McPherson, M. Taking ethics seriously: economics and contemporary moral philosophy. *Journal of Economic Literature*, Vol 31, n. 1, p. 671–731. 1993.
- HEIDEGGER, M. *O que quer dizer pensar? Ensaios e Conferências*. Petrópolis; Vozes, 2002. p. 115.
- HOBSBAWN, E.J. *A Era do Capital: 1848-1875*. Tradução de Luis Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 B. 343p. (Pensamento Crítico, v.12).
- HUTCHISON, T. 1953. *A Review of Economic Doctrines, 1870-1929*. Oxford: Clarendon Press.
- JEVONS, W.S. *A teoria da Economia Política*. Tradução de Cláudia Laversveiler de Moraes. Abril S.A. Cultural, São Paulo, 1983. p. 37-40.
- KAHN, J.S. Towards a history of the critique of economism: the nineteenth-century German origins of the ethnographer's dilemma. *MAN: The Journal of the Royal Anthropological Institute*, Londres, v. 25, n2, p. 230-249, Junho de 1990.
- KNIES, K.G.A. *Political Economy from the Standpoint of the Historical Method*. 1853. 157p. (Braunschweig)
- MARSHALL, A. *Princípios de Economia, Tratado Introdutório; Volume I*. Tradução revista de Rômulo de Almeida e Ottolmy Strauch; Introdução Ottolmy Strauch. Abril S.A. Cultural, São Paulo, 1982. Coleção Os Economistas. p. 43-51.
- MCIKI, U. Universals and the Metbdenstreit: a Re-examination of Carl Menger's Conception of Economics as an Exact Science. *Stud. Hist. Phil. Sci.*, Vol. 28, n. 3, p. 475-495, 1997.

MILL, J.S. 1848. *Principles of Political Economy*. Oxford University.

NAU, H. Gustav Schmoller's Historico-Ethical Political Economy: ethics, politics and economics in the younger German Historical School, 1860–1917. *Euro. J. History of Economic Thought*, Vol 7, n. 4, p. 507–531, Winter 2000.

NIETZSCHE, F. W. O Nascimento da Tragédia no Espírito da Música. Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. Abril S.A. Cultural, São Paulo, 1983. ed. 3. p. 7.

SCHMOLLER, G. Die sociale Frage und der preußische Staat. 1874. *Preußische Jahrbücher*, XXXIII: 323–42.

_____. Review 'G. Schönberg, Handbuch der politischen Ökonomie'. 1882. *Schmollers Jahrbuch*, 6: 1379–87.

SCHUMPETER, J. 1954. *History of Economic Analysis*. New York: Oxford University Press.

SENN, P. The German historical schools in the history of economic thought. *Journal of Economic Studies*. Vol. 32, n. 3, p. 185-255, 2005.

SENIOR, N.W. *Three Lectures on the Rate of Wages*. McMaster University.

WALRAS, L. Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura. Tradução de João Guilherme Vargas Netto. Abril S.A. Cultural, São Paulo, 1983. p. 20-26.

WEBER, M. Rocher and Knies: the logical problems of historical economics. 1975. Traduzido do alemão para o inglês por Guy Oakes; Nova York: The Free Press. 294p.